

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.761 - SE (2019/0127714-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : PATRICIA DE CASSIA SANTOS DE SÁ**  
**ADVOGADO : MARIA IZABELA COSTA DE SOUZA ROLLEMBERG -**  
**SE000488B**  
**AGRAVADO : SEAC - SERGIPE ADMINISTRADORA DE CARTOES E**  
**SERVICOS LTDA**  
**ADVOGADO : RAFAEL MELO TAVARES - SE005006**  
**AGRAVADO : BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por PATRICIA DE CASSIA SANTOS DE SÁ contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - DESCONTO DE VALORES NA CONTA CORRENTE- AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE - DESCONTO AUTOMÁTICO PARA PAGAMENTO MÍNIMO RESPALDADO EM CONTRATO ESTABELECIDO ENTRE AS PARTES- INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL - RESTITUIÇÃO APENAS A PARTIR DA CITAÇÃO - REFORMA DA SENTENÇA -PROVIMENTO DO RECURSO DO DEMANDADO - DECISÃO UNÂNIME.

Quanto à controvérsia apresentada nos autos, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 373, II, do CPC, sustentando que o réu não se desincumbiu de provar a existência de contrato assinado que autorizava descontos em sua conta corrente, trazendo os seguintes argumentos:

Ínclitos Ministros, não se pode, no mérito, manter o acórdão proferido, pois foi reconhecida a relação de consumo entre as partes, de forma que o ônus da prova se voltou contra o réu, ora recorrido, o qual não se desincumbiu de provar a existência de contrato assinado pela recorrente no qual autorizava descontos em sua conta corrente.

Essa análise não enseja o reexame de provas. Há apenas que se valorar adequadamente a distribuição do ônus da prova.

Pois bem, a recorrida NÃO atendeu ao disposto no inciso II do artigo 373 do CPC/73, sendo incapaz de validar sua tese.

[...]

Conforme restou demonstrado na sentença, a instituição financeira não acostou qualquer documento com a assinatura de sua cliente, mesmo sendo seu anus probatório [...]

[...]

Senhores Ministros, em meio ao "oceano" de recursos que este Tribunal recebe, em respeito aos Vossos tempos que são preciosos, a recorrente não irá se delongar a respeito da matéria que muito é conhecida, posto que incontroversos os seguintes pontos:

1) Aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao caso, tratando-se de relação de consumo; 2) O ônus probatório pertenceu a parte Ré, ora recorrida; 3) Não houve qualquer comprovação de autorização de descontos; 4) Houve comprovação da existência dos descontos.

Desta feita, requer a reforma do r. acórdão para dar provimento ao pleito da exordial, com a devida condenação da Ré, ora recorrida, na restituição, em dobro, do valor indevidamente retirado de sua conta corrente, bem como, dano moral pela atitude ilícita da instituição bancária, causando prejuízos a recorrente, uma vez que o valor existente na sua conta bancária era de natureza salarial (fls. 368/370).

É o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia dos autos, o acórdão assim decidiu:

Da análise dos autos vejo que a apelante juntou aos autos o contrato de emissão e utilização do cartão celebrado pelas partes, no qual resta clara a autorização do débito equivalente ao pagamento mínimo do banesecard na conta da autora, após vinte dias da data de vencimento da fatura da mesma.

Assim, não avisto ilegalidade no ato da demandada.

Ressalto, ainda, que a natureza adesiva do contrato ora fustigado, não é suficiente para, por si só, acarretar a invalidação do pacto.

[...]

Não se olvide que a autora utilizou o cartão, não podendo a mesma se furtar da obrigação de pagar sob afirmação de impossibilidade de desconto em conta-salário, bem como ausência de ciência da cláusula que permite o desconto automático para pagamento mínimo, haja vista ser sabido por todos que referida cláusula faz parte dos contratos desta natureza, celebrados com o Banese Card.

Ademais, aludida autorização se mostra expressa e descrita na cláusula sétima, parágrafo segundo, no contrato de emissão e utilização do cartão/condições gerais do contrato de emissão e prestação de serviços de utilização do cartão de crédito, anexada virtualmente aos autos.

Outrossim, é indiscutível que somente pode haver desconto de valores em conta quando autorizado pelo titular.

Assim, os descontos são válidos, tendo em vista a autorização da demandante para tanto. (fls. 279/280).

Diante de tal contexto, incide o óbice da Súmula n. 5 do STJ (“A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda reexame de cláusulas contratuais.

Nesse sentido: “E mesmo se superado tal obstáculo, constata-se que a controvérsia foi dirimida pelo Tribunal *a quo* com base na análise e interpretação de cláusulas contratuais, fato esse que impede o exame da questão por esta Corte, em face da vedação prevista na Súmula n. 5/STJ” (AgInt no AREsp n. 1.298.442/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 14/12/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EDcl no REsp n. 1.476.562/RS, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 22/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.278.998/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 20/3/2019; AgInt no AREsp n. 1.297.507/SC, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/2/2019; e AgInt no REsp n. 1.768.401/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 4/2/2019.

Do mesmo modo, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os**

**honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

